SEPARAÇÃO DOS PODERES NO CHAMADO "PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO".

Marcelo Lasperg Alessandro Nonose Ito¹ Priscila R. Igerski Fila² Vanessa Cristina Pfleger³

RESUMO: Estudo sobre a conturbada relação entre o poder executivo e o poder legislativo, e o processo de produção de normas influenciado por relações privadas entre membros do poder legislativo e ocupantes do poder legislativo e ocupantes de cargos públicos na esfera do executivo. O conceito da separação dos poderes, também referido como princípio de tríade política, é um modelo de governar cuja criação é datada da antiga Grécia. A essência desta teoria se firma no principio de que os três poderes que formam o Estado (Poder Legislativo, Executivo e Judiciário) devem atuar de forma separada, independente e harmônica, mantendo, no entanto, as características do poder de ser uno indivisível e indelegável. O objetivo dessa separação é evitar que o poder se concentre nas mãos de uma única pessoa, para que não haja abuso, como ocorrido no Estado Absolutista, por exemplo, em que todo o poder se concentrava na mão do rei. A passagem do Estado Absolutista para o Estado Libera, caracterizou-se justamente pela separação dos poderes, denominada Tripartição dos Poderes Políticos.

PALAVRAS CHAVE: Direito constitucional. Política. Separação dos poderes.

O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

A expressão "presidencialismo de coalizão", criada pelo cientista político Sergio Henrique Abranches, caracteriza o padrão de governança brasileiro expresso na relação entre os Poderes Executivo e Legislativo. A noção sugere a união de dois elementos - sistema político presidencialista mais a existência de coalizões partidárias. E, como afirma Abranches: *Por ser presidencialismo, esse regime de governança reserva à presidência um papel crítico e central, no equilíbrio, gestão e estabilização da coalizão*.

Desde sua formulação pelo cientista político Sérgio Abranches em 1988, a expressão "presidencialismo de coalizão" tornou-se um verdadeiro mantra para definir a estrutura e o mecanismo de funcionamento do regime político-institucional brasileiro. Amplamente utilizada, a expressão sugere a união de dois elementos.

¹ Discente do curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz Curitiba.E-mail: myjung@hotmail.com

² Discente do 3º período do curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. E-mail: <u>priscila_igerski@hotmail.com</u>

³ Discente do curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz Curitiba. E-mail: vanessapfleger@yahoo.com.br

O "presidencialismo" é o sistema de governo no qual o chefe do Executivo é eleito diretamente pelo sufrágio popular e tem um mandato independente do Parlamento. A origem do presidente e do Parlamento (os deputados e senadores) são distintas, posto que a eleição para cada um pode ser desvinculada no tempo (ocorrendo em datas diferentes, o que não é o caso do Brasil) ou, quando a eleição é "casada" (realizada na mesma data, como no Brasil), o eleitor sempre pode optar por eleger um presidente de um partido e um representante parlamentar de outra agremiação. O presidencialismo difere do parlamentarismo justamente pelas origens distintas do poder Executivo e do poder Legislativo. Ao passo que no parlamentarismo o Executivo surge da correlação de forças entre os partidos eleitos para o Parlamento, no presidencialismo o Executivo deriva da eleição direta do presidente pelos cidadãos.

De outro lado, "coalizão" refere-se a acordos entre partidos (normalmente com vistas a ocupar cargos no governo) e alianças entre forças políticas (dificilmente em torno de ideias ou programas) para alcançar determinados objetivos. Em sistemas multipartidários, nos quais há mais do que dois partidos relevantes disputando eleições e ocupando cadeiras no Congresso, dificilmente o partido do presidente possuirá ampla maioria no Parlamento para aprovar seus projetos e implementar suas políticas. Na maioria das vezes a coalizão é feita para sustentar um governo, dando-lhe suporte político no Legislativo (em primeiro lugar) e influenciando na formulação das políticas (secundariamente). Assim, alguns partidos, ou muitos, dependendo da conjuntura política, se juntam para formar um consórcio de apoio ao chefe de governo. Essa prática é muito comum no sistema parlamentarista, no qual uma coalizão interpartidária disputa as eleições para o Legislativo visando obter a maioria das cadeiras e com isso indicar ("eleger") o primeiro-ministro.

Em sistemas multipartidários, nos quais há mais do que dois partidos relevantes disputando eleições e ocupando cadeiras no Congresso, dificilmente o partido do presidente terá ampla maioria no Parlamento, para aprovar seus projetos e implementar suas políticas. Assim, alguns partidos - ou muitos, dependendo da conjuntura política - se juntam para formar um consórcio de apoio e sustentação ao chefe de governo. Essa prática é muito comum no sistema parlamentarista, no qual uma coalizão interpartidária disputa as eleições para o parlamento, visando obter a maioria das cadeiras e com isso indicar ("eleger") o primeiro-ministro. A peculiaridade do sistema político brasileiro deve-se ao fato de conjugar a ideia de pacto interpartidário do parlamentarismo e a eleição direta para o chefe do governo, traço típico do presidencialismo.

Simplificando, o presidencialismo de coalizão é a forma com a qual o Poder Executivo conduz a administração pública, distribuindo postos administrativos em busca de apoio político e a formação de uma maioria parlamentar, segundo o professor Antônio Carlos Pojo do Rego, criando uma base de apoio no Poder Legislativo.

O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO BRASILEIRO

A constante necessidade de coordenação política entre poderes e a possibilidade de um pacto suprapartidário, sendo possível ver a união de diversos partidos em prol de uma agenda de governo que pode beneficiar a população como um todo, a utilização do sistema de freios e contrapesos existente entre os três poderes, considerado fundamental para o equilíbrio do poder político em uma república, são pontos positivos do presidencialismo de coalizão. Em contrapartida, o presidencialismo de coalizão tem um papel muito mais estratégico para os partidos e representantes do que para a população em si, ocorrendo para que determinado candidato ou partido vença as eleições presidenciais e que outros ganhem cargos nesse governo, deixando a população em segundo plano.

Alguns estudiosos propõem certas reformas para se evitar o mau uso do presidencialismo de coalizão, como a diminuição de Ministérios e Secretarias na administração pública direta a sersorteada entre os aliados, a estabilização de partidos políticos menores para que tenham uma maior voz no Poder Legislativo, voltar o sistema representativo à população ao invés de interesses privados etc.

Um exemplo atual de um dos pontos negativos do presidencialismo de coalizão é o recente impeachment de Dilma Rousseff, onde para se eleger, formou coalizão com partidos como PMDB, PP, PR, PSD etc. Após as eleições com as crescentes manifestações populares que eclodiram por todo o país e somadas a operação "lava jato" que culminou na prisão de pessoas ligadas ao partido da presidente, o que fez com que esta encerrasse o primeiro ano de seu segundo mandato com uma reprovação de 70%, conforme pesquisa do IBOPE⁴, Dilma foi perdendo o apoio destes partidos, tanto na Câmara quanto no Senado, resultando no seu impeachment com números expressivos de votos contra a presidente de partidos de sua coligação. Sem essa sustentação no Legislativo, sua capacidade de governar cai significativamente, fazendo com que a aprovação de leis e execução de políticas públicas fiquem prejudicadas.

Uma coordenação política entre os poderes Executivo e Legislativo se faz necessária para uma boa atuação do presidencialismo por coalizão, fortalecendo os laços entre o governo e sua base, criando e aprovando projetos de interesse da população, mantendo, assim, a governabilidade no país, que foi perdida no pacto efetuado entre o PT, PMDB, PP e outros partidos da coligação.

CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou o presidencialismo por coalizão, sua origem, suas características e suas aplicações práticas no sistema de governo brasileiro. Verificamos a importância desse arranjo político-institucional multipartidário na atuação do Poder Legislativo e sua relevância no atual cenário político brasileiro.

.

⁴ Globo.com – Política – Governo Dilma tem aprovação de 9% e reprovação de 70%, diz IBOPE – Filipe Matoso. http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/governo-dilma-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-70-dizibope.html

O presidencialismo por coalizão tem por objetivo dar operacionalidade à maioria. Caso não funcione, será apenas um gerador de crises e instabilidades como foi o caso do último mandato de Dilma Rousseff. No final das contas, devemos desejar e incentivar a formação de novas maiorias para que se aperfeiçoem os sistemas de governo antes que a sociedade encontre meios menos pacíficos para este fim.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Alexandre Lins. Presidencialismo de coalizão e a atual crise brasileira. www.politize.com.br - http://www.politize.com.br/presidencialismo-de-coalizao-e-atual-crise-brasileira/.

COUCEIRO, Julio Cesar. Separação de Poderes em Corrente Tripartite. Conteúdo Jurídico, Brasília- DF: 18 out. 2011.

LIMONGE, Fernando. A democratização do Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. www.scielo.br, 2006.http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

33002006000300002

ARAGÃO, Murillo de. Crise do presidencialismo de coalizão. O Estadão. www.estadao.com.br. 2015. http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,crise-do-presidencialismo-de-coalizao-imp-,1638643

CODATO, Adriano, COSTA, Luiz Domingos, O que é presidencialismo de coalizão? Folha de Londrina, Londrina – PR p. 2, 27 dez. 2006 http://adrianocodato.blogspot.com.br/2006/12/o-que-o-presidencialismo-decoalizo.html